

Dívidas com governo batem em R\$ 100 bilhões

PÚBLICAS

Impostos e contribuições em atraso de 855 mil contribuintes equivalem a 16,5 anos de CPMF

LU AIKO

BRASÍLIA — O governo tem meios de engordar seus cofres em R\$ 100 bilhões sem criar nenhum novo imposto nem aumentar as alíquotas. Não se trata de milagre: basta cobrar os impostos e contribuições com pagamentos atrasados, dizem os técnicos.

Uma cobrança eficiente teria o mesmo efeito de 16 anos e meio de arrecadação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), o tributo sobre os cheques que o ministro da Saúde, Adib Jatene, insiste em recriar.

Respondem por essa dívida de valor monstruoso 855 mil contribuintes, que estão sendo cobrados pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), ambas ligadas ao Ministério da Fazenda.

Se os cobradores concentrarem seu trabalho nos 15 mil maiores devedores, estarão recuperando pelo menos 98% desse dinheiro.

Fiscais — “Esses recursos sempre estiveram aí para ser cobrados, mas foi o ministro da Fazenda, Pedro Malan, quem resolveu colocar a mão na massa para valer”, disse o procurador Ditimar Sousa Britto.

Ele integra um grupo técnico nomeado por Malan no início do ano passado para propor formas

OS 15 MIL MAIORES DEVEDORES	
ESTADOS	VALOR
São Paulo	R\$ 41 bilhões
Rio de Janeiro e Espírito Santo	R\$ 2 bilhões
Minas Gerais	R\$ 14 bilhões
Paraná e Santa Catarina	R\$ 0,8 bilhão
Rio Grande do Sul	R\$ 5 bilhões
DF, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	R\$ 3,5 bilhões
Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima e Tocantins	R\$ 4 bilhões
Ceará, Maranhão e Piauí	R\$ 0,7 bilhão
Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte	R\$ 12 bilhões
Bahia	R\$ 15 bilhões
Total dos 15 mil maiores devedores. (há mais 840 mil processos, envolvendo mais R\$ 2 bilhões)	R\$ 98 bilhões

Fonte: Receita Federal/Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

de acelerar a cobrança dos impostos e das contribuições em atraso.

Os fiscais e procuradores apressaram, em primeiro lugar, a cobrança das dívidas mais antigas, que estavam a ponto de caducar. Os auditores da Receita Federal entraram em contato com os devedores e deram prazo de 30 dias para a conta ser acertada. Do contrário, seria feita a cobrança por via judicial.

Estoque — Em apenas dois meses, foram para a Justiça 200 mil processos envolvendo cerca de R\$ 2 bilhões. Eram todas dívidas registradas em 1991 que, se não fossem cobradas, prescreveriam e o devedor seria automatica-

mente perdoado.

Neste ano, espera-se reduzir a zero o estoque das dívidas antigas, encaminhando para a cobrança por via judicial mais 1,3 milhão de processos.

Cadin — Além de acabar com o estoque de dívidas não-cobradas, foram tomadas providências para que os débitos com o Fisco não voltem a se acumular.

O presidente Fernando Henrique Cardoso assinou, em agosto, uma medida provisória recriando o Cadastro das Informações de Créditos Não-Quitados com o

Setor Público Federal (Cadin). Essa é entendida como a melhor forma de complicar a vida dos devedores. Qualquer atraso no pagamento de imposto ou contribuição implica a inscrição do contribuinte no Cadin.

Quem está no Cadin não pode tomar empréstimos de bancos oficiais nem vender ao governo, entre outras coisas. Não escapam do Cadin os grandes bancos, as prefeituras e os governos estaduais.

Além disso, há um grupo de trabalho na Fazenda que propõe formas de modernizar os sistemas de cadastro, controle de dívidas e pagamentos na Receita Federal.

Conta corrente — Quando o trabalho estiver concluído, cada contribuinte terá uma espécie de conta corrente onde estarão registrados as dívidas e os pagamentos ao Fisco.

Um outro grupo tenta, ainda, recuperar os R\$ 15 bilhões depositados em juízo na Caixa Econômica Federal (CEF), um dinheiro sobre o qual a Fazenda não tem nenhum controle.

Quando um contribuinte contesta na Justiça a cobrança de um tributo, normalmente continua pagando por intermédio de depósitos judiciais.

O Ministério da Fazenda não sabe sequer quanto, exatamente, está depositado nessas condições.

**98% DA
DÍVIDA É DE
15 MIL
CONTRIBUINTES**